

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Obrigado, Deputada Mônica Francisco.

Eu queria só fazer aqui um rapidíssimo encaminhamento, não sem antes agradecer a todas as manifestações das representações dos órgãos do Sistema de Justiça, dos órgãos governamentais, da sociedade civil, dos especialistas que se pronunciaram aqui, quero agradecer especialmente à Professora Marlúcia Santos, à Professora Cleonice Puggian, Adacto Otoni, o Luiz Firmino - eu citei o Minc, mas, o Firmino também, para nós, é uma importante referência nesse debate ambiental aqui no Rio de Janeiro, sabe, Firmino? É muito importante ter você aí nas nossas audiências. E, de fato, tem esse projeto de lei muito importante apresentado pelo Deputado Carlos Minc que disciplina um Sistema Estadual de Unidades de Conservação aqui no Rio de Janeiro e, sem dúvida alguma, é uma espécie de projeto guardachuva no âmbito do qual o nosso projeto se inseriria. Eu acho que essas tramitações têm que ser muito coordenadas, eu acho muito importante que o Estado possa ter essa lei que disciplina o Sistema Estadual de Unidades de Conservação, porque é nesse contexto, é nesse ambiente sistêmico que o nosso projeto se inscreveria.

Eu quero passar a palavra para a Prefeitura de Caxias, ao Incra e ao Inea, antes perguntando rapidamente o seguinte: primeiro, Secretário Leandro Guimarães, se a gente poderia, assim, encaminhar aqui, talvez na sexta-feira, 8 de outubro, é uma proposta de data, as nossas Comissões fazerem com a Prefeitura uma visita ao local, com o MP também, enfim, e se a gente poderia em seguida fazer uma reunião, Secretário, para discutir alternativas, por exemplo, essa trazida pelo professor Adacto, que, na verdade, assim, propõe um deslocamento da Cearj para uma área conexa, onde já houve uma degradação, já houve um aterramento, enfim, e a gente tentaria ver as condições para realização do processo de assentamento das famílias que ali ocupam, isso seria importante, não é? Acho que... Eu não queria me imiscuir, naturalmente, aqui, agora, na questão da gestão das contas do Município de Duque de Caxias, mas nós sabemos que os municípios estão sendo, alguns deles, Caxias inclusive, aquinhoados com recursos decorrentes do leilão da Cedae, a própria Assembleia Legislativa acho que teria sensibilidade para, em parceria com o Município de Duque de Caxias, colaborar no sentido dos investimentos para o reassentamento dessas famílias. E aí a gente preservaria essa área, que nos preocupa a todos, que poderia dar lugar a uma unidade de conservação estadual. E aí eu pergunto ao próprio Incra que vai intervir daqui a pouco se o Incra teria a mesma disposição que tem demonstrado em ceder essa área para Prefeitura de Caxias, de cedê-la ao Estado para implantação de uma unidade de conservação, caso a gente encontre uma solução aí como essa que o Adacto propôs ou eventualmente uma outra.

Então, são essas questões que eu deixo, perguntando também à Prefeitura sobre a questão do licenciamento ambiental, um tema que apareceu com muita ênfase, mas, sobretudo propondo, se todos pudermos, no dia 08 de outubro, que é uma sexta-feira, programar uma visita técnica ao local seguida de uma reunião que o Secretário nos acolheria onde julgasse melhor em Caxias, na Prefeitura, para fazer um debate sobre as alternativas possíveis, entre elas esta trazida agora na Audiência pelo Professor Adacto.

Então, é isso que eu queria falar nesse fecho, passar à Prefeitura de Caxias, ao Inea e ao Incra. Ao Incra, inclusive, faço a pergunta objetiva, se a disposição do Incra poderia também de ceder a área para que fosse uma unidade de conservação estadual e ao Inea sobre a questão do licenciamento ambiental, como que percebe hoje a situação dos estudos ambientais, tendo em vista que essa é uma questão que apareceu com muita ênfase.

Então, por favor, Secretário Leandro Guimarães, mais uma vez, obrigado por sua presença, vossa senhoria tem a palavra, agora num tempo mais curto.

O SR. LEANDRO GUIMARÃES - Obrigado, Deputado, só para que a gente possa estar esclarecendo alguns assuntos, o Município de Duque de Caxias nunca se omitiu de estar participando de qualquer debate nessa área, muito pelo contrário, a gente tem muita responsabilidade, muita preocupação de estar encontrando o melhor caminho, tanto que nós já estamos aí há 3 anos discutindo esse assunto junto com o Ministério Público Federal, desde a época do Dr. Júlio José e agora com a Dra. Carolina Bonfadini(?). A gente está na Justiça Federal também com esse assunto em pauta. O nosso Conselho Municipal do Meio Ambiente, Comdena, no Comcidade, a Câmara Municipal de Duque de Caxias, todo Poder Legislativo está participando desse assunto. E a Alerj, conforme essa Audiência Pública, que o município está sempre presente, sempre apto aqui, disposto a estar esclarecendo todo e qualquer assunto.

Enfim, isso não é uma questão atabalhoada, conforme nosso Deputado Glauber Braga trouxe inicialmente, porque a gente está buscando que todos os órgãos, todos os interessados, as pessoas que possam contribuir para esse debate estejam na mesma mesa e a gente possa estar trazendo informações, assim como o Professor Adacto trouxe uma proposta, particularmente, a proposta mais bem elaborada que esteve aqui para a gente estar realmente discutindo, a gente está disposto a fazer isso, então, essa a qual a prefeitura dá, eu discordo do nosso Deputado Glauber Braga, que a gente não está de forma atabalhoada, fazendo o empreendimento, a gente não está, conforme o Defensor Thales disse, invertendo as ordens dos fatores, o que a Prefeitura fez nos últimos dois anos que estava na posse desse imóvel, não foi fazer nenhuma fundação, construir uma estrutura, algum galpão, nenhuma edificação naquela área sem antes estar preocupado com a questão ambiental. As duas licenças que foram dadas para aquele local, licenças essas que são atribuições da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, foi uma licença para termo de conquista para que nós pudéssemos entrar no interior dessa área para que pudéssemos fazer sondagem da área, fazer topografia, fazer estudo para que pudesse amparar o nosso projeto ambiental, o nosso projeto de macrodrenagem dessa área.

Então, a gente não meteu os pés pelas mãos, a gente não está fazendo essa obra sem nenhum acompanhamento dos técnicos ambientais, assim como dos engenheiros e arquitetos da Secretaria de urbanismo, a gente não está invertendo esses fatores.

A outra licença que foi dada foi simplesmente para fazer um canteiro da obra naquele local, que foi a colocação de um contêiner ali, de uma forma móvel que no mesmo momento que a Justiça Federal solicitou que parássemos esse serviço até que a gente tivesse alguns questionamentos definidos, a gente, na mesma hora atendeu, a Prefeitura está aqui atendendo a Justiça Federal de uma maneira bem clara, tanto que na última visita que tivemos à área, o Ministério Público Federal não pôde nem acompanhar, mas a Justiça esteve no local aonde foi em todos os pontos, rodou toda a área do Campo do Bomba, inclusive dentro da comunidade, enfim, a gente entrou em toda aquela região ali, e a Juíza teve condição de conhecer de dentro da área essa questão.

Então, fica o convite para que o Ministério Público, na próxima reunião, também possa estar participando, in loco, dessa visita, para que possa realmente ter essa sensibilidade...

(FALHA NA TRANSMISSÃO SONORA)

...para poder mostrar o que...

(FALHA NA TRANSMISSÃO SONORA)

...para poder ficar claro o que a Prefeitura está propondo para ali.

Em relação à fala que a Deputada Rejane Almeida disse, em relação à troca do Ceasa, em Irajá, para o Cearj Duque de Caxias, a gente entende que a população da Região Metropolitana a cada dia aumenta mais, a demanda aumenta cada vez mais, precisamos criar outras áreas. A gente tem o Ceasa Irajá de uma forma já bem restrita, sem capacidade de ampliação, uma área tombada, uma área que, muitas das vezes, não atende licenciamento, principalmente do Corpo de Bombeiros, tanto que por diversas vezes a gente tem problema de incêndio naquela área, enfim, a gente coloca em risco não só as pessoas que estão ali trabalhando naquela área, mas a população como um todo que pode ficar sem o abastecimento de uma hora para outra em função de um desastre dessa forma.

Então, quando a gente propõe o Cearj dentro do Município de Duque de Caxias, não é para acabar com o Ceasa Irajá, é uma segunda opção para que a gente possa ampliar o nosso sistema. Agora, em relação a outras áreas, Deputado Waldeck Carneiro, Du-

que de Caxias é um Município grande, porém, a gente tem poucos vazios que pode estar trabalhando. A gente tem, por exemplo, a Cidade dos Meninos, que é uma área que está impossibilitada de ser utilizada em função de uma contaminação do passado; a gente tem toda aquela área próxima à Região do Arco Metropolitano, que, conforme nosso amigo Firmino participou no passado, aquela área pertence à Apa do Alto Iguaçu; e a gente tem diversas restrições naquele ponto, além de ter ali um relevo muito avançado (não compreendido) acima da cota(?) 100(?), enfim, a gente tem diversos problemas atendendo aquela região.

Então, a única proposta novamente que foi apresentada aqui - foi pelo Professor Adacto - foi aquela região que é do Incra, que já foi invadida anteriormente, que hoje a gente tem ali aproximadamente 150 mil pessoas morando naquela região. É uma região muito adensada, é uma região em que a gente tem diversos outros problemas, conforme a Professora a Marlúcia, que conhece bem aquela região, que é uma área em que a gente tinha as antigas fazendas, as senzalas, enfim, a gente tem outras questões ali que, inclusive, a gente propõe que as ações (não compreendido) medidas compensatórias desse projeto atendam, inclusive, aquela região ali do São Bento.

A proposta que o Professor Adacto trouxe aqui é uma proposta que eu levaria para o nosso prefeito, estaríamos discutindo internamente, e a gente - conforme eu falei - está aqui apto a conversar a respeito desse assunto. Agora, eu só discordo de uma coisa, Professor Adacto, quando o senhor afirma que o projeto ambiental que a prefeitura está trabalhando, o senhor já afirma, sem antes conhecer o projeto a fundo, que não dará certo. A gente tem a contribuição do Professor Paulo Canedo, da Coppe-UFRJ, auxiliando nesse projeto. Mais uma vez, eu não estou dizendo que a gente tem aqui uma varinha de condão para dizer que aquela ali é a solução mais eficaz não. A gente está estudando essa área para que a gente possa apresentar os estudos. Entendendo que ela é eficaz, a gente dá prosseguimento. Se a gente entender que esse projeto não atenderá a nossa região, a gente vai moldando para que a gente consiga atender todos os interesses. Agora, eu não consigo, como Engenheiro Civil, de antemão, sem conhecer um projeto, dizer que esse projeto não terá sucesso, eu não tenho essa capacidade. Eu espero que a gente tenha condição de concluir esse projeto para que a gente possa apresentar, deixando claro, nos últimos dois anos em que a prefeitura estava na posse, nada foi edificado naquela região. Só para deixar claro que gente não está metendo os pés pelas mãos, a gente está ali de uma forma responsável atendendo toda aquela região de uma forma bem consciente.

Então, Deputado, a Prefeitura Municipal de Duque de Caxias está muito empenhada, engajada e encontrando as soluções, encontrando realmente o melhor caminho para essa discussão para que a gente consiga unir as nossas forças e encontrar o melhor para o município e para a Região Metropolitana. Eu gostaria de deixar claro que a prefeitura está disponível no dia 8 de outubro para que a gente possa visitar o local. É importante conhecermos o Campo de Bomba de dentro dele porque tem uma realidade muito diferente quando a gente encontra o avanço daquela região ocupada lá; preocupamos muito porque tanto o município quanto o Incra não conseguem colir, de uma forma significativa, aquela ocupação, e infelizmente não vai ser um cercamento da área que vai conseguir atender essa forma, atender esse avanço, tanto que, de sexta para segunda-feira, no final de semana, casas são edificadas ali em 48 horas, e quando chegamos, na segunda-feira, estamos montando equipes no final de semana de plantão, a DPMA(?) está ajudando, enfim, estamos com uma grande força-tarefa nessa região para a gente poder colir essas ocupações, para não acontecer como aconteceu na área do São Bento, que o Professor Adacto sugeriu, para que a gente possa fazer o projeto. Além do que, a gente vai ter várias questões problemáticas naquela área, questão viária, enfim, a gente tem um outro nível de discussão naquela área.

Mas a prefeitura está disposta, está apta e confirma a nossa presença no dia 8 de outubro. Podemos marcar no próprio Campo do Bomba, na beira da Rodovia da BR-040, é só o senhor passar para a gente qual é o horário que todos podem estar presentes, e a gente vai estar lá para poder acompanhar.

Ok, Deputado? Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Quero agradecer muito a sua presença. Queria só confirmar se a gente poderia, nesse dia 8 de outubro, fazer uma visita ao campo às 9 horas e, em seguida, fazer com Vossa Senhoria uma reunião às 11 horas para ver algumas alternativas, inclusive essa apresentada pelo Professor Adacto, entre outras, e aproveitar para entrar em mais detalhes técnicos do projeto.

O SR. LEANDRO GUIMARÃES - Ok, está confirmado, 9 horas a visita no local.

Em relação à reunião das 11 horas, o importante é só a gente saber quem estaria participando...

(FALHA NA TRANSMISSÃO SONORA)

...definindo a estrutura física para isso.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Nós vamos nos ocupar disso, não é uma plenária, é uma reunião menor para que a gente possa tentar aprofundar as questões que foram colocadas nessas duas audiências.

Então, assim, se vossa senhoria nos garantir cafezinho e água, a gente confirma 11 horas depois...

(FALHA NA TRANSMISSÃO SONORA)

...está bem?

(FALHA NA TRANSMISSÃO SONORA)

O SR. LEANDRO GUIMARÃES - ...Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Muito obrigado, e as nossas Comissões vão cuidar aqui de definir quem vai participar das reuniões, está bem?

O SR. LEANDRO GUIMARÃES - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Muito obrigado.

Eu queria pedir à Deputada Dani Monteiro - eu presido uma Audiência logo em seguida, mas o Inea e o Incra ainda vão se manifestar - se V. Exa. poderia reassumir a Presidência e concluir a Audiência, lembrando que no caso do Inea nós gostaríamos muito de saber por que o Inea aparentemente, salvo engano, não está envolvido no processo de licenciamento ambiental desse projeto, e, ao mesmo tempo, ao Incra se teria disponibilidade, se eventualmente as tratativas caminhassem nessa direção se o Incra teria a mesma disposição para a cessão da área para fins de implantação de uma unidade estadual de conservação.

Então, eu passo a Presidência à Deputada Dani Monteiro, peço licença porque preciso presidir uma Audiência em seguida.

Agradeço muito a participação de todas e de todos e, sobretudo, quem pôde fazer as exposições mais detalhadas que nos ajudam a esclarecer os diferentes aspectos implicados nesse debate.

Deputada Dani Monteiro, muito obrigado, passo a Presidência a V. Exa.

(Reassume a Presidência a Sra. Dani Monteiro)

A SRA. PRESIDENTE (Dani Monteiro) - Obrigada, Deputado Waldeck Carneiro, realmente as agendas aqui da Casa são bastante movimentadas, e a perspectiva, inclusive nesse modelo híbrido, faz com que de um click para o outro já estejamos em uma outra Audiência, em uma outra reunião com um tema diferenciado, é realmente atribulado.

Com a saída do Deputado Waldeck Carneiro, eu encerro aqui. Nossas duas contribuições aqui nessa retomada das respostas, após ouvirmos todos os convidados, ouvimos agora a Prefeitura de Caxias, ouviremos o representante do Incra, Sr. Nelson?

O SR. NILSON REIS MONTEIRO - É Nilson.

O SRA. PRESIDENTE (Dani Monteiro) - Nilson, perdão.

O SR. NILSON REIS MONTEIRO - Olha só, vamos organizar isso, o Incra não trabalha com ocupação, só para ficar bem claro. Nós trabalhamos com destinação de áreas, esse é o nosso papel. Nós estamos dispostos, sim, a sentar no dia 8, conversar, por quê? Nós temos uma atribuição que dá uma destinação. Essas áreas remanescentes são sempre doadas a partir de requerimentos, e requerimentos que não foram solicitados. No momento, quem requereu a área foi a Prefeitura de Duque de Caxias. O Estado já requereu duas vezes, nós já doamos duas vezes ao Estado. Não custa nada, na Me-

sa, sentarmos, no dia 8, na reunião das 11 horas, e darmos uma nova destinação, um novo rumo em cima de tudo isso que nós falamos, participamos e amaduremos nessa ideia com as áreas técnicas, culturais, ambientais, essa coisa.

Essa é a minha proposta para que na reunião do dia 8, às 11 horas, a gente defina, sem perder o foco de fazer uma visita local. E é importante que se conheça a realidade lá, amassando(?) no(?) barro(?).

Obrigado.

A SRA. LUCIANA GADELHA - Dani, eu posso só fazer um esclarecimento de 30 segundos, só para dizer o seguinte: o MPF foi na inspeção judicial, diferente do que o Secretário falou, só teve ali uma falha de comunicação por 15 minutos, mas, assim, nós vimos a área, diferentemente do que o Secretário falou, a intervenção que a prefeitura fez foi muito grande, foi um aterro muito grande em profundidade e extensão.

Então, realmente, o MPF concorda com a Defensoria Pública, houve ali uma inversão de etapas, porque como a prefeitura permite aterro daquela magnitude e agora está fazendo os estudos?

Somente isso, sabe? Está esclarecido.

A SRA. PRESIDENTE (Dani Monteiro) - Precioso seu esclarecimento, Dra. Luciana.

(INTERFERÊNCIA SONORA)

A nós, aqui, enquanto representações do Parlamento, essa diligência do dia 8 será fundamental até para azeitarmos todos esses apontamentos e fazer a cronologia tanto das tentativas de cessão do espaço quanto das ocupações irregulares. Acho que essa diligência será boa para que a gente aqui visualize a área e tente buscar a melhor saída e solução para todos.

Agora, chamo o representante do Inea, Isabele e Marcelo Barreto se encontram?

O SR. MARCELO BARRETO - Sim, Deputada, mais uma vez aí com a fala, eu vou introduzir alguma coisa e a Isabele vai conjuntamente responder a respeito do licenciamento.

O que acontece: foi muito pertinente da fala do professor quando ele disse dos impactos no local, inclusive a Isabele já tinha falado, colocado na primeira fala dela, que os impactos ali têm que ser regionais porque pegam outros municípios. Nós temos diversos crimes ou não, mas de qualquer maneira, para ser licenciado, diversos.

Então, eu entendo que - não peguei esse processo desde o começo - isso cabe ao Inea, fazer todo o estudo de impacto ambiental, sendo que o que a Isabele colocou é que a (não compreendido), que é a superintendência da qual ela faz parte tecnicamente, ela colocou isso no papel que caberia ser regional, ou seja, do Inea, sendo que nesse processo teve duas diretorias, e a outra diretoria viu por um outro lado. Isso não significa que vai ser dessa maneira, que o município vai licenciar, até porque quando iniciou esse processo e a primeira Audiência Pública - que eu também tive a honra de participar -, nós estávamos sob a Conema 92, desculpe... (FALHA NA TRANSMISSÃO SONORA) ...42. Hoje, nós temos a Selca(?) e a Conema 92, onde mudou muito coisa dentro do licenciamento ambiental.

Então, eu gostaria de deixar essa fala. Vou me reunir, na próxima segunda ou terça-feira, com o nosso Presidente e talvez o Secretário Thiago Pampolha e chamar essa diretoria também a fim de chegarmos a um ponto de equilíbrio, e principalmente que seja satisfatório dentro da legalidade, dentro da lei, do que rege, a quem vai licenciar esse empreendimento ou quem vai negar esse empreendimento.

Eu passo a fala para a Isabele, por favor.

Isabele?

A SRA. ISABELE OLIVEIRA - Bom, obrigada pela oportunidade de falar novamente, na primeira vez eu falei um pouco corrido porque o tempo estava muito reduzido, a gente tenta acompanhar nos conformes.

Bom, o que se passa é que, diante de todos os fatos expostos, tanto nessa audiência quanto na anterior que eu participei, os impactos no local não seriam somente locais, ok? Seriam em âmbitos regionais.

Então, no momento em que eu falo que é interessante, que se faz necessário fazer um estudo de impacto ambiental de forma regional, quem vai analisar é o Inea, não que o Inea vá fazer o estudo, o Inea analisa o instrumento. É apresentado um projeto pela pessoa que pretende empreender no local e a gente analisa esse instrumento para ver se cabe ou não, de acordo com as vantagens e desvantagens de implementação desse empreendimento, só para deixar claro.

Outra questão é que a Gerência de Licenciamento de Recursos Hídricos, ela também se manifestou, como eu falei rápido acabei não falando dessa parte, mas ela também se manifestou falando que a emissão de licença ambiental ou qualquer tipo de autorização ambiental não exime o interessado das demais autorizações, licenças ambientais de competência estadual, federal e municipal, ok, só para deixar isso claro para vocês e poder fechar. Como o Superintendente-Geral já falou, Marcelo Barreto, que ele vai se encontrar com o Presidente e vão ser discutidas todas as questões. A gente vem acompanhando, a gente não está de fora de tudo o que está acontecendo. Eu estou desde setembro acompanhando esse caso todo, já foi mandado para o setor de licenciamento se manifestar eles estão se manifestando, eles estão cientes. A nossa superintendência, a gente não licencia, a gente fiscaliza, mas a gente repassa para os setores acima da gente, só para que fique claro para vocês.

Vamos continuar acompanhando e nos colocamos à disposição, tanto ao Ministério Público, aos Deputados e à sociedade para maiores informações e esclarecimentos. Eu agradeço pela oportunidade e boa-tarde para todos.

A SRA. PRESIDENTE (Dani Monteiro) - Poderemos contar com o Inea nessa visita do dia 8, às 9 horas, uma representação do Inea?

O SR. MARCELO BARRETO - Com certeza, pode contar, estaremos lá. Eu, em especial, estarei presente.

A SRA. PRESIDENTE (Dani Monteiro) - Maravilha, Marcelo, nos encontraremos lá também porque, certamente, a nossa Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, juntamente com a Comissão de Representação da Região Metropolitana, estaremos presentes nessa visita e seguiremos tratando dessa questão da melhor forma possível, pensando não apenas na centralidade de um centro de abastecimento para o Estado - aliás, para uma sociedade que sai de um momento pós-pandemia -, então, a necessidade de empregabilidade, a necessidade de distribuição de alimentos, ela, certamente, é central, mas também a preservação histórica, a preservação cultural, a preservação socioambiental é fundamental. Seguiremos aqui, enquanto Poder Legislativo, atendo-nos à nossa vocação de reunir diversos atores da sociedade civil e instituições do Poder Público e também do setor privado e tentar, a partir da escuta desses mais diversos atores, formular política pública.

Então, nos vemos no dia 8, agora que nossa Audiência Pública vai chegando ao fim com esse encaminhamento mais concreto do próximo passo que daremos para esta questão. Por ora, pelo que propõe esta audiência, ela está encerrada.

O SR. FLÁVIO SERAFINI - Deputada Dani, desculpa, só antes de V. Exa. encerrar, eu queria justificar que no dia 8 eu tenho uma outra agenda, então, de antemão, eu justifico a minha ausência. A minha equipe técnica vai acompanhar, vai estar presente no local, mas, infelizmente, eu, pessoalmente, não conseguirei estar, está bem?

Obrigado, Deputada.

A SRA. PRESIDENTE (Dani Monteiro) - Tudo bem, Deputado Flávio Serafini.

O SR. MARCELO BARRETO - Deputada, eu gostaria de acrescentar, desculpe cortar a senhora, além da Superintendência-Geral estar presente, vai estar presente também a superintendência, que é a SUBG(?), a qual os técnicos estão juntos com esse processo. E deixar aqui o meu protesto de alegria em poder fazer parte de uma Audiência Pública de excelência, presidida tanto pelo nosso Deputado Waldeck como pela senhora também.